

Avaliação docente

CEPE aprova planilha única e desconsidera propostas dos fóruns das grandes áreas

A reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) de 12 de junho de 2012 aprovou — por 13 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção — “estudos sobre planilha única para avaliação do trabalho docente”.

Para entender o que isso significa e os impactos que tem sobre a vida docente, é preciso resgatar alguns fatos.

Durante a reunião, a Comissão do CEPE, designada em 2009 para estudar o assunto, apresentou ao colegiado, mais uma vez, a síntese dos Fóruns I e II das ‘Grandes Áreas do Conhecimento: Avaliação do Trabalho Docente na Unesp’, realizados em maio e dezembro de 2011. Esta síntese, presente na pauta do CEPE nas cinco reuniões do colegiado desde fevereiro de 2012, traz propostas estratégicas para o planejamento da Universidade, que extrapolam a discussão apenas do instrumento (a planilha).

A resposta extremamente favorável da comunidade docente, expressa na significativa participação e nos acalorados debates registrados nos Fóruns, mostra como a Comissão acertou na condução dos trabalhos, que possibilitou que todas as unidades discutissem, avaliassem e propusessem encaminhamentos concretos à avaliação docente. Mesclados com discussões coletivas e grupos de trabalhos, por área de conhecimento, os Fóruns apresentaram pontos estratégicos para a Unesp, entre eles:



1. Elaboração e/ou aprimoramento do Plano de Desenvolvimento do Departamento (PDD) e, deste, o Plano Global de Atividades do Docente (PGAD)

O PDD foi um dos pontos mais discutidos no evento. Sua importância estratégica já se faz presente no Estatuto da Universidade e no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Estatuto da Universidade prevê, em seu Artigo 51, que compete ao Departamento “V - Propor medidas de caráter administrativo para o desenvolvimento dos programas de trabalho” e “VI - Organizar o plano de atividades do Departamento”. Já no Artigo 55, diz que compete ao Conselho de Departamento “I - Propor à Congregação o Plano Global de Atividades do Departamento, segundo normas estabelecidas pelo CEPE e diretrizes definidas pelo Conselho Universitário”.

O PDI, referindo-se à gestão e à avaliação acadêmico-administrativa, traz entre seus objetivos “V. Aprimorar a avaliação institucional da Unesp” e entre suas ações “2. Reavaliar a estrutura e as atribuições dos Departamentos e dos Conselhos de Curso”. Tais diretrizes vêm ao encontro dos objetivos apontados nos Fóruns, possibilitando, assim, maior autonomia aos departamentos em estabelecer suas metas por meio do PDD e, em consequência, as ações do trabalho de cada docente individualmente.

Os PDD deverão estar articulados com o Projeto Político-Pedagógico dos cursos de Graduação e Pós-Graduação e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade. Desta forma, os Planos Globais de Atividades dos docentes (PGA) deverão considerar tais diretrizes e os relatórios referentes ao trabalho docente deverão permitir a avaliação destas articulações.

Assim, a Comissão propõe que:

- o CEPE elabore diretrizes, cronograma de execução e desencadeie o processo de elaboração e/ou aprimoramento dos PDD (departamentos das unidades universitárias) e Plano de Desenvolvimento dos Conselhos de Cursos (PDCC), nos casos dos Campus Experimentais;
- o CEPE aprove a avaliação do trabalho docente na Unesp como um dos elementos norteadores do PDD.

2. Concepção de Avaliação e Instrumentos

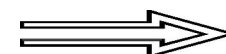
O II Fórum indicou que a avaliação deve ser formativa e por Grande Área do Conhecimento. A Comissão propõe que:

- o CEPE analise e respeite os instrumentos elaborados no II Fórum, pelas três Grandes Áreas do Conhecimento.

3. Revisão da regulamentação do Art. 57 da LDB (deliberação do CEPE 23-03-99) e do próprio conceito de atividade docente e trabalho intelectual

A Comissão propõe que:

- o CEPE constitua uma comissão mista





Avaliação docente

entre CEPE e CCG, para apresentar uma nova proposta que atenda aos anseios dos docentes, na perspectiva de ampliar o conceito de aula, conforme demonstrado nos três documentos das Grandes Áreas do Conhecimento.

4. Institucionalização de espaço permanente de discussão

O II Fórum definiu claramente que falta espaço para discussão de questões inerentes à avaliação e à carreira docente.

• **A Comissão propõe: criação de fórum periódico de discussão por Grande Área do Conhecimento, no máximo a cada quatro anos.**

Além desses encaminhamentos centrais e prioritários, os Fóruns também contribuíram com a elaboração de instrumentos, por Grande Área do Conhecimento, visando avançar nessa discussão, extremamente polêmica no meio acadêmico. A área de Humanidades apresentou um instrumento quantitativo indicando peso 1 para todas as atividades, por entender que a avaliação qualitativa, baseada no PDD, deva ser o foco da avaliação. A área de Exatas também apresentou seu instrumento, valorizando atividades que julgou essenciais, como é o caso do ensino na graduação. A área de Biológicas, embora sem definição de peso, organizou seus indicadores.

Mas, ao que parece, o CEPE não compreendeu a importância dessa discussão, ao priorizar estudos de uma planilha única. Na reunião de 12 de junho de 2012, foi aprovado que tal planilha, sistematizada pelas pró-reitoras, deve ser discutida em todas as reuniões do CEPE, até se definam os pesos dos indicadores. Cada docente deve analisar a planilha das pró-reitoras e de cada Grande Área de Conhe-

cimento e avaliar o que ficou de fora e os novos pesos atribuídos.

A proposta de uma planilha única evidencia a tentativa de aprofundar mecanismos de controle sobre a produção docente, em busca de fortalecer um projeto de universidade voltado aos interesses de mercado. Como, quando e quanto produzir passam a ser, cada vez mais, o resultado dos interesses da administração da Universidade e não da sociedade.



Capa do jornal da Adunesp publicado em maio/2012: Alerta contra as manobras

Qual destino terá o debate democrático?

A Comissão fez seu trabalho tendo como parâmetro sempre respeitar e encaminhar as propostas dos Fóruns I e II das 'Grandes Áreas do Conhecimento: Avaliação do Trabalho Docente na Unesp', por entender que esse é o procedimento mais adequado para se definir questões tão sérias e que incidirão na vida de todos os docentes.

Há várias questões em aberto:

- Quando serão discutidos os demais encaminhamentos dos Fóruns: Plano de Desenvolvimento Departamental, revisão da regulamentação do artigo 57 da LDB, a relação entre avaliação quantitativa e qualitativa, entre outros?
- Quando e como a avaliação externa dos departamentos será encaminhada, conforme deliberações da reunião do CEPE de 17/11/2009?
- Para quê serviu a discussão por Grande Área do Conhecimento?
- Afinal, o que significa representar?

Para a Adunesp, é inaceitável que todo o processo de debates e sistematização de propostas, envolvendo centenas de docentes das três áreas, que culminou nos dois Fóruns, seja atacado desta forma. A comunidade docente da Unesp precisa reagir, exigindo que os canais por ela definidos como democráticos e legítimos, como foi o caso dos II Fóruns, sejam respeitados pela administração.

A gestão democrática da Universidade, é preciso sempre destacar, não pode existir se os cargos administrativos e de representação não expressarem a vontade da comunidade.

Para que se corrijam rumos equivocados, é preciso apostar no debate coletivo – sempre em tempo e urgente de se fazer – tendo como farol os interesses do conjunto da categoria docente, da comunidade acadêmica e da universidade pública que defendemos, de qualidade e socialmente referenciada nos interesses da maioria da população.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp S. Sindical)

Praça da Sé, 108, 2º andar, São Paulo. Fone (11) 3242-0125.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458) bah0609@bol.com.br

Fórum das Seis convida para audiência pública na Assembleia Legislativa

Vai ser no dia 27 de junho, quarta-feira, a partir das 14 horas, na Assembleia Legislativa de São Paulo, com convite aos reitores das universidades estaduais paulistas.

São dois os temas de pauta:

- 1) A criminalização dos movimentos sindical e estudantil nas universidades estaduais paulistas;
- 2) Financiamento das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.